



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias dois e três de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Trigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde do período de hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco. A abertura da Reunião foi feita pela Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Saúde, **Maria Angélica Gomes**, com a presença do Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Doutor **Dioclécio Campos Júnior**. Iniciaram-se os trabalhos com a apresentação do painel “**Critérios para Abertura de Cursos de Nível Superior na Área da Saúde**”, como finalização da Oficina de Trabalho “**DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**”, iniciada no dia anterior. O objetivo básico da Oficina foi analisar a necessidade social desses cursos e o estágio atual do conhecimento sobre os mesmos e elaborar diretrizes para a formação de recursos humanos, subsidiando o CNS na definição de critérios para autorização de novos cursos. Informou que tal oficina de trabalho será retratada em relatório específico. A Coordenadora Geral passou a palavra ao Conselheiro **Nelson Seixas** para coordenar o painel, e o mesmo convidou para a mesa os expositores convidados – **Benedictus Philadelpho de Siqueira, Eliane Schmidlin Reinhardt e Fabíola de Nunes Aguiar**. Após amplo debate, encerraram-se os trabalhos no período da manhã. A Coordenadora Geral reiniciou a reunião às quatorze horas, passando a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor **Henrique Santillo**. O Ministro demonstrou sua extrema preocupação com o financiamento da Saúde e a necessidade de colocação do custeio do SUS entre as despesas chamadas não comprimíveis, tendo já mobilizado áreas políticas e sociais, direta ou indiretamente envolvidas com a questão. Disse o Senhor Ministro ter dois problemas, um imediato, relacionado com a educação da Medida Provisória 396 de junho/93, que retirou das medidas não comprimíveis o custeio da assistência médico-hospitalar, que vinha sendo tratada diferencialmente, mas com a correção do duodécimo feita até o último dia do mês anterior. O outro problema, de caráter mediato, refere-se à proposta orçamentária, onde de uma a outra versão houve um corte médio de vinte e seis por cento para o Ministério, chegando a trinta e seis por cento no tocante aos recursos necessários ao custeio da assistência médico-hospitalar, de uma proposta para a seguinte. Com o atraso do repasse do duodécimo, a defasagem chegaria a quarenta por cento. Juntando-se a isso a dependência de cinquenta vírgula cinco por cento dos recursos ao Fundo Social de Emergência, ainda inexistente, ter-se-ia ao final a cobertura de apenas vinte e cinco a trinta por centos das necessidades. Foi elaborada a Medida Provisória 422 em janeiro/94, mas não se reincluiu a assistência médico-hospitalar como despesa não comprimível, esperando-se nova Medida Provisória para tal fim. Para tanto, o Ministério está mobilizando as Comissões de Seguridade Social da Câmara e do Senado, a Frente Parlamentar da Saúde, CUT, CGT, Força Sindical, CONASS, CONASEMS e Associações de Prestadores Privados, e precipuamente o CNS. Com o referido corte no orçamento de vinte e seis por cento, o montante para a Saúde atingiria nove bilhões de dólares, dos quais um bilhão já comprometido com dívida ao FAT, seis bilhões com a assistência médico-hospitalar, dois bilhões com o pessoal do MS (incluindo o inativo ainda vinculado ao Ministério) e um bilhão para o Fundo Nacional de Saúde, necessitando um bilhão para medicamentos. Perguntou o Ministro, com que recursos atenderá programas de endemias, de hemoderivados, de imunobiológicos, de melhoria no atendimento de emergências, de ambulatórios de alta resolatividade, do materno-infantil, de médico de família, etc., para cento e vinte milhões de pessoas, já que trinta e cinco milhões são atendidas por planos de Saúde? Em suma, para uma boa atuação seriam necessários quatorze bilhões de dólares. Lembrou que para recuperar hospitais públicos sucateados são necessários seiscentos e quarenta milhões de dólares, precisando ser aplicada à metade em 1994. Mas o Ministro mostrou a viabilidade de melhorar o atendimento, dando ênfase à preservação da saúde e à medicina preventiva. Disse que apóia o plano de estabilização, mas sem sacrifício da área social, porém havendo correção real dos recursos, sem créditos suplementares e outros expedientes, garantindo o Governo Federal, três centro do PIB e os Governos Estaduais/Municipais mais um por cento, assim mesmo muito aquém de outros países. Declarou ao final, o Ministro, disposição de atuar imparcialmente acima das posições partidárias e ideológicas. A Coordenadora agradeceu a presença do Senhor Ministro que impossibilitado

de permanecer, colocou-se disposição dos Senhores Conselheiros em seu gabinete. O Conselheiro **Benício** relatou reuniões dos Secretários Estaduais de Saúde, uma com o Ministro **Santillo**, que colocou a situação do momento, e outra com o Ministro da Fazenda expondo-se as dificuldades da Saúde, sem recursos permanentes, sem repasses da Previdência, da sua exigüidade, tendo Sua Excelência condicionado o problema a deliberações do Congresso Nacional. A Coordenadora relatou visita de uma Comissão do CNS ao Ministro Fernando Henrique, sendo ela formada pelos Conselheiros **Pedro Paulo Tauil, Zilda Arns e Ferreira**, pelo Presidente do CONAM pela coordenadora e os Assessores **Elias Jorge e Rogério**. O Conselheiro **Dellape** observou que a Lei 8.494, da LDO, coloca no mesmo enquadramento para pagamentos os encargos sociais e de pessoal, benefícios previdenciários, serviços da dívida e atendimento médico-hospitalar; portanto, não sujeitas à compressão. O Conselheiro disse que o Ministro só poderá repassar recursos com autorização orçamentária, devendo ser expedida nova Medida Provisória, e deixou o seu protesto contra o titular da Fazenda, pois haveria dinheiro e ele não quer mobilizá-lo. O Conselheiro **Ferreira** após considerações sobre repasse urgente para pagamentos, prestadores públicos e privados de saúde, disse do propósito de se usar a Saúde para ser aprovado o Fundo Social de Emergência, sugerindo proposta para que o Ministro respondesse até o final da Trigesima Terceira Reunião. O Conselheiro **Carlini** comentou o descaso em relação à Saúde, e que todas as entidades representadas manifestassem o seu protesto num determinado dia junto à sociedade, que ele fá-lo-ia junto à comunidade científica. O Conselheiro lamentou o contato de pequeno grupo local com o Ministro da Fazenda, apesar da Coordenadora ter lembrado da designação em dezembro de grupo para acompanhar as questões orçamentárias e o que estava se tratando era muito amplo, podendo inviabilizar o SUS. O Conselheiro **Jocélio** reclamou a falta de representação do Ministro da Fazenda neste Conselho e a Coordenadora informou que o Decreto nº 99.438/90 trata de um representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que atualmente teve o desmembramento da Secretaria de Planejamento. Acha que o Ministro agiu bem, quando ouviu os vários segmentos sobre o orçamento, mas o certo seria ter-se recursos suficientes para a Saúde dentro da estrutura orçamentária e não com soluções de emergência. A Conselheira **Leny** disse que deve ser considerado o problema do conjunto da área social, pois para fins de estabilização da economia está se comprometendo os recursos para habitação e que não se tem garantia de que os recursos do Fundo chegariam ao Ministério da Saúde, e que dever-se-á saber como assegurar que tal aconteça. O Conselheiro **Raimundo Bezerra** disse que a projeção, para o fim do século é de um virgula oito inativos para um virgula zero ativos, ficando as contribuições empregadores/empregados insuficientes para cobrirem os benefícios e necessitando incluir outras fontes de recursos para comporem o orçamento da Seguridade Social. Lembrou que foi criada a contribuição de dois por cento do faturamento, dez por cento sobre os lucros das empresas, quinze por centos dos lucros das operações financeiras. Lembrou ainda que não foi revogada a lei que estabelece vinte por cento sobre os supérfluos, bem como de até seis por cento de taxa previdenciária sobre combustíveis. Acha que a arrecadação do COFINS será de oito bilhões de dólares, e somando todas as fontes citadas, com mais dois bilhões de dólares dos Estados e um bilhão dos Municípios, teríamos quarenta e nove virgula cinco bilhões para a Seguridade. A trinta por cento fossem para a Saúde, representariam quinze bilhões de dólares. Propôs uma reunião para o começo de março com todos os segmentos da sociedade brasileira. O Conselheiro **Francisco** reiterou as falas dos Conselheiros **Carlini e Raimundo Bezerra**, endossando a proposta do Conselheiro **Jocélio**, que tem o seguinte teor: *“Não aceitamos a substituição da previsão orçamentária para o Setor Saúde pelo Fundo Social de Emergência. Queremos a manutenção da legislação vigente e vamos para a luta política. Queremos dinheiro para a saúde para que ela possa funcionar bem”*. Disse que deve-se fazer uma ação concreta junto ao Congresso, mobilizar a mídia e denunciar a situação. A Coordenadora lembrou a existência de um jornalista no Conselho e que a imprensa foi convidada, mas que a mesma deixou claro que seria necessário criar um fato para se justificar a matéria. A Conselheira **Zilda** acha que dever-se-ia mobilizar as entidades junto a Senadores e Deputados. O Conselheiro **Eurípedes** solicitou dados referentes ao valor renúncia fiscal que o Governo teria em função da redução do imposto de renda de gastos de pessoa jurídica e física. O Conselheiro **Elias Jorge** já havia solicitado esses dados à Comissão Especial que estava estudando planos de saúde na Seguridade Social. Ficou decidido mandar-se fax ao Ministro da Fazenda, sendo que os Conselheiros **Raimundo Bezerra, Elias Jorge** e outros disponíveis elaborariam o texto. Passou-se ao **TEMA 03 – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**: O Doutor **Gilson Carvalho** fez a apresentação no lugar do Doutor **Grilo**, Secretário da SAG. Contou da redução do orçamento, de quatorze, para onze e meio e chegando a nove e meio bilhões de dólares. Desse montante um bilhão seria para pagamento de dívida, com o dinheiro sendo recolhido e não repassado à Saúde. Informou que o dinheiro do COFINS, com aquela parte em juízo e aquele que estava sendo pago, mas fracionado em oitenta parcelas com juros, seria tirado de nossa receita corrente. Outro ponto seria o referente aos recursos do

Tesouro Nacional. O Ministério teria como fonte principal o Fundo Social de Emergência, representando cinquenta virgula cinco por cento do seu orçamento com repasse onde um duodécimo seria na realidade um vinte e quatro avos, pois a metade não existe, num orçamento subdimensionado, e que a Saúde estaria sendo usada como massa de manobra. Não se teria controle da arrecadação do Fundo. Previu que não daria para chegar a maio. O Assessor **Elias Jorge** disse que o Ministro **Fernando Henrique** não assumiu no encontro, compromisso de considerar a Saúde despesa comprimível, mas que daria resposta ao CNS até o dia primeiro de fevereiro, embora os técnicos da Fazenda tenham alegado que a pressão deveria ser feita no Congresso. O Conselheiro **Carlini** sugeriu ação calma e prática, pagar matéria na imprensa e convocar todos os segmentos sociais para o dito Dia Nacional em Prol da Saúde. Discutiram ainda, a questão do Fundo, contatos com o Congresso, manifestação pública, os Conselheiros **Raimundo Bezerra, Zilda Arns, Jocélio, Omilton, Dellape, Ferreira, João Guerra e Amorim**. O Plenário aprovou fax ao Ministro da Fazenda e nota à Imprensa, bem como a data proposta pela carta de Blumenau, ou seja, nove de março, para ato público em Brasília, precedido por outros nos Estados. A Coordenadora passou a palavra ao Doutor **Gilson Carvalho** que informou que na proposta de reajuste da SIA e SIH decidiu-se não aplicar o redutor neste mês e em março, depois reestudar-se-ia. O Conselheiro **Jocélio** questionou o reajuste acima da inflação. O Conselheiro **Ferreira** fez solicitação à Comissão Tripartite para um estudo da defasagem dos valores do pagamento com urgências. Doutor **Gilson** esclareceu que a SAS tem um grupo de trabalho para rever a tabela SIA/SUS e SIH. A Coordenadora perguntou ao plenário se aprovava as novas tabelas, ninguém se manifestando contrário à aprovação. A seguir informou que o relator do orçamento Deputado **Marcelo Barbieri** se dispôs a receber uma comissão de Conselheiros. Solicitou aos Conselheiros que lessem resumo de informes que estava nas pastas. O Conselheiro **Aboim** pediu adiamento de apreciação do credenciamento do Serviço de Imunologia da USP, por mudança do seu Comitê de Ética. A Coordenadora solicitou correções da ata e o Conselheiro **Jocélio** disse ter havido equívocos em suas falas e o Conselheiro **João Guerra** reiterou pedido de encaminhamento de disquetes. A Coordenadora falou que a equipe do CNS está reduzida e sugeriu que uma Comissão de Conselheiros discutisse com o Ministro as dificuldades administrativas, como cota de passagens. A Coordenadora discutiu embaraços na homologação das Resoluções 89, 94 e 38. O Conselheiro **Aboim** comentou eventos significativos da AMB e do quadragésimo aniversário da Escola Nacional de Saúde Pública. O Conselheiro **João Guerra** falou do uso indevido pela SES-RJ dos recursos do Banco Mundial para o programa da AIDS, o que foi acertado por ação conjunta de CES/RJ, CNS, e Comissão Estadual/RJ, CNS, e Comissão Estadual/RJ da AIDS. Os Conselheiros **Juarez e Carlini** comentaram o problema da retirada do registro da vacina contra meningite B e C, e o último disse que a Comissão Nacional de Vigilância Sanitária nomeou subcomissão para estudar o assunto. A Coordenadora fez distribuir elaborado pelo Conselheiro **Carlini** sobre os registros de medicamentos nas quatro últimas gestões ministeriais. A Coordenadora informou que o Fórum dos Conselhos Estaduais de Condição Feminina solicitou Conferência específica, devendo-se encaminhar a questão a CISM para opinar e ter-se resposta na próxima reunião. O Conselheiro **Carlini** apresentou o problema dos anorexígenos, comunicando a quantidade imensa de anfetamina, a questão de medicamentos importados e a atuação da Secretaria de Vigilância Sanitária, que ainda foram discutidas pelos Conselheiros **Aboim e Omilton**. A Coordenadora refere a um fax da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo solicitando que correções da ata da Trigesima Primeira Reunião fossem encaminhadas por escrito. O Conselheiro **Ferreira** leu o documento a ser dirigido ao Ministro Fernando Henrique, que após algumas considerações foi aprovado pelo Plenário. A Coordenadora apresentou expediente do Secretário de Vigilância Sanitária solicitando Conferência Específica, bem como do Secretário Executivo pedindo a análise das Comissões, argüindo se algumas surgiram para atenuar a falta de resposta do Executivo ou se por necessidade real de assessoramento ao Conselho, devendo-se evitar superposição. O Conselheiro **Dellape** sugeriu a realização de oficina de trabalho sobre Vigilância Sanitária e o Conselheiro **Omilton** pediu que o Secretário de Vigilância Sanitária fosse convidado para expor a situação de sua Secretaria. O Conselheiro **Thiers** comentou que a reforma administrativa havia retirado muito do poder da Vigilância. Ficou decidido que essa oficina seria realizada numa segunda e terça-feira anterior à reunião do Conselho, sendo proposta uma comissão formada pelos Conselheiros **Thiers e Omilton**, Coordenação do CNS e SUS, para organizar a oficina. O Conselheiro **Swedenberger** falou da Mesa Nacional de Negociação do SUS, aprovada pelo CNS em maio passado, tendo sido instalada em quatorze de dezembro, e feito reuniões em primeiro de fevereiro, estando programada outra para início de março, sempre um dia antes da plenária do CNS, devendo se definir o regimento interno, considerando ainda a necessidade de checagem das representações e completar a indicação oficial dos componentes, informando que a instrumentalização da Mesa seria da Coordenação do CNS, e achando que as discussões deveriam caminhar para o processo de contrato coletivo, que é uma das questões

essenciais para a implantação do SUS. O Conselheiro **Omliton** alertou para a importação ilegal de medicamentos e o Conselheiro **Thiers** pediu que se registrasse em ata a falta de liderança do Ministério da Saúde para dirigir a questão do preço dos medicamentos e que este assunto pertence ao Ministério da Saúde e não da Fazenda, como vem acontecendo. A Coordenadora convidou o Assessor da Câmara dos Deputados, **Eleutério Rodrigues**, para apresentar o **TEMA 04 – REVISÃO CONSTITUCIONAL** – O expositor colocou os seguintes pontos: emendas em vários níveis de análise, possibilidade de promulgação isolada em relatório parcial, prioridade para assuntos políticos, seguindo-se reforma tributária, onde se enquadraria o financiamento à Saúde e posteriormente o plano de benefícios da Seguridade Social, existência de grupo defendendo a manutenção do SUS mesmo com alterações e outro grupo querendo a pluralidade de Sistemas, estabelecimento de piso de participação no orçamento (em regra dez por cento), exigência de crédito automático, existência de proposta de mudança do Artigo 195 que trata do financiamento da Seguridade Social como um todo, passando a especificação de fontes. Julgou que o CNS deva fazer chegar ao Relator a sua posição política, achando pouco provável a manutenção de todas as fontes de contribuição social, devendo ser garantidas aquelas sobre o lucro e sobre o faturamento. O Conselheiro **Ferreira** acha a revisão confusa, apóia emenda do Deputado Bonifácio Andrada, visando definição mais clara do papel dos vários níveis de Governo, para evitar discussão, e é favorável à manutenção da vinculação de trinta por cento da Seguridade Social, ficando outras fontes de financiamento para a legislação ordinária, e mais que a arrecadação fosse feita pelo próprio INSS para evitar desvios. O expositor complementou sugerindo fontes alternativas mais flexíveis, com garantias através de disposições transitórias, assegurando que não houvesse retração nos próximos cinco anos. O Conselheiro **Swedenberger** disse que o regimento interno da Revisão Constitucional é draconiano e centralizado, sugerindo pressão sobre o relator pelo Conselho com delegações que envolvessem o Ministério e outras entidades. O expositor esclareceu que o Congresso estabeleceu agendas mínimas, considerando a questão da Seguridade Social contemplada e que a ação do Conselho deveria ser imediata. Informou que já foram designados dois sub-relatores, Deputados Gustavo Krause e Ibraim Abi Akel e o primeiro convocou outros quatro para trabalharem especificamente a área social, Senador Almir Gabriel e Deputados Geraldo Alckmin, Reinhold Stephanes e Antônio Brito. A Coordenadora ponderou que seria interessante definir Conselheiros para acompanhar a revisão, sugerindo os componentes da Comissão de Orçamento, Conselheiros **Jocélio, Leny, Ferreira e João Guerra**. A Coordenadora agradeceu ao Doutor **Eleutério**, ainda mais pelo empenho na liberação dos duodécimos janeiro e fevereiro para pagamento do mês de dezembro. O Conselheiro **Allgayer** informou que a fonte maior do setor público vem dos serviços ambulatoriais e que só haviam sido liberadas as AIHs, órteses e próteses. A Coordenadora passou ao **TEMA 09 – PERFIL DA CATEGORIA MÉDICA**: Com apresentação da Doutora **Maria Helena Machado**, que disse ser uma pesquisa apoiada pelo OIS, RH/SUS/MS, Conselhos de Medicina e FIOCRUZ, em fase inicial, pretendendo ser concluída até setembro, coletando dados pessoais, formação profissional, condições de trabalho, participação sócio-política, condição da mulher profissional, MERCOSUL etc. O Conselheiro **Eurípedes** manifestou o interesse das entidades médicas em apoiar pesquisas dessa natureza. O Conselheiro **Thiers** perguntou se a pesquisa envolvia a qualidade da formação, se poderia se estender a outras profissões da Saúde, e como poderia contribuir na análise de novos cursos. O Conselheiro **Carlini** mostrou preocupação com a perda das especializações, uma vez que a pesquisa é amostral, e perguntou até que ponto se atribuía à deficiência do médico à formação ou a falta de apoio que recebeu como profissional. A expositora respondeu que iriam contratar um competente estatístico para cobrir a deficiência de informações dada a característica amostral da pesquisa. A Coordenadora passou ao **TEMA 06 – RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS**: Sendo relator o Conselheiro **Jocélio**, que disse ser o relatório abrangente, contendo o conjunto das resoluções, porém mal formuladas, repetitivo e apontava para um aspecto ainda polêmico sobre piso salarial, mas que dever-se-ia ouvir a Comissão de Recursos Humanos. O Conselheiro sugeriu não apresentar seu relatório aguardando toda e qualquer contribuição, que também poderia ser encaminhada ao relator geral da Conferência, Doutor **Paulo Buss**, da FIOCRUZ. O Conselheiro **Swedenberger** iniciou a apresentação do **TEMA 06 – CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE TEMAS ESPECÍFICOS**. Quis saber do andamento da II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e falou do Relatório Final da Conferência da Saúde Bucal, que necessita de algumas correções de forma, mas apresenta o relatório ao CNS, para ser designado relator, tendo recaído a escolha no Conselheiro **Sabino**. O Conselheiro ainda se refere ao ano de 1994, como o Ano Mundial de Saúde e após informe do gasto em odontologia no último exercício de três bilhões de dólares, um terço do Orçamento do Ministério da Saúde, propôs ao CNS uma oficina de trabalho sobre a matéria, e que no dia 07 de abril, Dia Mundial de Saúde, fosse viabilizado um pronunciamento do Senhor Ministro sobre o tema. O Conselheiro **Raimundo Bezerra** trouxe mais informações de contatos com parlamentares, desta feita

com o Senador Almir Gabriel e o Deputado Geraldo Alckmin, sobre alternativas de financiamento. O Conselheiro **Thiers** referiu-se ao Departamento de Farmacologia da UNICAMP como não credenciado no CNS, solicitando providências. A Coordenadora falou dos contatos com a Comissão Ética da Universidade que queria um credenciamento global, sendo-lhes informado que o acesso é por disciplinas isoladas e que a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia havia analisado os documentos e encaminharia o seu credenciamento, ao que o Conselheiro **Carlini** indagou da competência dessa comissão para discutir o assunto, e que esclarecesse os aspectos do credenciamento do Departamento de Farmacologia e a problemática sobre o pagamento relacionado a pesquisas em seres humanos. A Coordenadora solicitou ao Conselheiro **Eurípedes** que apresentasse as propostas referentes à Oficina de Trabalho: Diretrizes para a formação de Recursos Humanos no SUS, após o que o Conselheiro **Carlini** considerou que deveria ser dada nova redação ao item que propôs quarenta horas de dedicação e o Conselheiro **Akel** solicitou esclarecimentos em relação ao projeto CINAEM. A Coordenadora disse ter apenas a referência feita na exposição ocorrida na Oficina de Trabalho. O Conselheiro **Eurípedes** esclareceu que um dos critérios apresentados seria o de avaliar o aluno do internato. Discutiram o assunto os Conselheiros **Sabino** e **Juarez**, e o Conselheiro **Swedenberger** achou que o relatório não está expressando a riqueza da contribuição, que o melhor seria como colocou o Conselheiro **Dellape** a transcrição de toda a Oficina e daí obter-se um consolidado de cada tema, o relatório não contemplaria todas as discussões presentes e ainda existiam questões pendentes de deliberações do CNS. O Conselheiro **Thiers** reclamou que havia feito uma proposta, não citada no relatório, de reviver o decreto que proíbe a criação de faculdades no país. O Conselheiro **Jocélio** relatou que foi assunto dois dias no Programa “*Bom Dia Brasil*” o fato de faculdades do interior de São Paulo não estarem funcionando por falta de parecer do CNS, que teria mais de quarenta processos não conseguindo chegar à resolução do Plenário. Colocou que seria necessário analisar e simultaneamente aprofundando a relação com o Ministério da Educação. Discutiu a Resolução sobre o repasse dos recursos para os Estados com problemas, como Acre, Alagoas e Maranhão, e que não tinha sido cumprida. Mostrou-se preocupado com a análise dos cursos, a distribuição dos processos pelos Conselheiros, para manter a prerrogativa do Conselho Nacional de Saúde, sendo necessária a verificação dos pareceres dos Conselhos Estaduais, e com isso questionou a atuação do Conselho. O Conselheiro **Eurípedes** concluiu concordando com o Conselheiro **Jocélio** de se fazer um relatório final a partir da transcrição de atas. A Coordenadora, discutindo a questão de critérios para análise dos pedidos de criação de cursos de Saúde, colocou três propostas: 1º- interrupção de análise de pedidos e avaliação dos critérios existentes; 2º- critérios utilizados para análise, com proposta de comissão gerada para aperfeiçoar os critérios aprovados. O Conselheiro **Swedenberger** sugeriu a formação de comissão de relatores para contactos com CT/APAS e CIRH, apresentando um estudo mais aprofundado para o Plenário, sem prejuízo da proposta apresentada pelo Conselheiro **Rodolfo**, que seria a de se aprofundar nas relações com o MED; 3º- Seminário entre Conselhos Federais, Estaduais e Universidades, proposta esta aprovada. O Conselheiro **Swedenberger** acha que o MED ao encaminhar processo ao CNS, deveria informar se o estabelecimento estava promovendo vestibular, instalando cursos, etc. O Conselheiro **Rodolfo** disse que baseado em suporte constitucional as universidades começavam cursos indevidamente. O Conselheiro **Eurípedes** reclamou novamente que havia solicitado suspensão de cursos ou o CNS ficaria no papel de homologação, e que sua proposta voltasse à pauta. O Conselheiro **Carlini** mostrou sua preocupação com médicos cubanos e de outras nacionalidades no país, ainda mais agora com a implantação do Mercosul. Como a Coordenadora mostrou-se preocupada com a sustação de cursos, exigindo debates com convidados, o Conselheiro **Swedenberger** disse que o assunto seria avaliado em Plenário e a partir daí poderiam ser feitas propostas no sentido de suspensão ou de continuidade e paralela ou previamente se promover o aprofundamento do Tema. O Conselheiro **Omilton** acha que na Oficina já se havia recebido indicações para subsidiar as discussões. A Coordenadora informa que a CIRH se colocara à disposição para auxiliar no trabalho de análise das solicitações de abertura de cursos. Tendo o Conselho cinquenta e oito cursos para análise, questionou-se a decisão por regiões, categoria profissional, delegação de assessoramento, etc. Os Conselheiros **Jocélio** e **Seixas** se propuseram a assumir a coordenação dos cursos de psicologia, os de maior quantidade. O Conselheiro **Jocélio** já havia solicitado ao Presidente da Federação Nacional de Psicologia que promovesse um seminário em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia, visando discussão de critérios e apoio ao CNS. O Conselheiro **Rodolfo** alertou para portaria interministerial que estabelece noventa dias de prazo para o pronunciamento do CNS, que segundo a Coordenadora seria contado a partir da entrada do processo no Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Eurípedes** se ofereceu para analisar o pedido do curso de medicina da Universidade Federal de Roraima e sugeriu o Conselheiro **Juarez** para relatar o curso de Medicina de Ribeirão Preto – SP. Nesse momento a Coordenadora lembrou que às quinze

horas estava marcada reunião da Comissão do CNS com relator da Comissão de Orçamento da Câmara, solicitando Conselheiros para acompanharem a Conselheira **Leny** e o Assessor **Elias Jorge**. A Coordenadora passou a distribuir os cursos conforme a indicação do Plenário: Conselheiro **Eurípedes**: Universidade Federal de Roraima – Medicina; Centro Amazonense de Ensino e Cultura – Psicologia; Associação de Educação e Cultura Amazônia – Psicologia. Conselheiro **Edmundo Juarez**: Organização Educacional Barão de Mauá, SP – Medicina; Sociedade Riopretense de Ensino e Educação – Medicina Veterinária. Conselheiro **Allgayer**: Associação Catarinense de Ensino – Odontologia; Centro de Ensino Superior de São José dos Pinhais – Psicologia; Centro Educacional de Cascavel – Odontologia; Instituto Educacional de Espírito Santo – Odontologia. Conselheiro **Sabino**: Fundação Educacional Jayme de Altavila – Farmácia. Conselheiro **Ferreira**: Associação Anchieta de Educação e Cultura – Odontologia. Conselheiro **Thiers**: Faculdade Anhembi Morumbi – Farmácia; Centro de Altos Estudos e Pesquisa Varzeagrandense – Psicologia; Sociedade Civil de Educação Centro Oeste – Odontologia. Conselheira **Zilda**: Associação de Educação e Cultura do Vale do Piquiri – Odontologia. Conselheiro **Swedenberger**: Associação de Ensino Superior Centro Oeste – Odontologia. Conselheira **Leny**: Associação Marajoara de Ensino e Cultura – Odontologia; Sociedade Guarulhense de Educação – Ciências Biológicas. Conselheiro **Arlindo**: Universidade Gama Filho – Fisioterapia; Centro de Ensino Superior de Campo Grande – Medicina Veterinária. Conselheiro **Seixas**: Associação Educacional de Jales – Odontologia; Faculdades Integradas do DF – Serviço Social. Conselheiro **Amorim**: Faculdades Unidas do Norte de Minas – Odontologia. Conselheiro **Carlini**: Instituição de Ensino Superior de Avaré – Odontologia; Instituto Metodista de Ensino Superior – Medicina Veterinária. Conselheiro **Mansur**: Sociedade Educacional e Assistencial de Realengo – Odontologia. Conselheiro **João Guerra**: Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro – Odontologia; Universidade Estácio de Sá – Odontologia. Conselheiro **Aboim**: União Brasileira de Cultura e Educação – Serviço Social. Conselheiro **Dellape**: Universidade São Judas Tadeu – Farmácia. Conselheiro **Benício** ou **Raimundo Bezerra**: Cursos de Psicologia do Piauí. Conselheira **Ana Maria**: Cursos de Psicologia do Rio Grande do Norte e Sergipe. O Conselheiro **Carlini** ressaltou a importância na análise dos cursos de compactar os respectivos Conselhos Federais para recebimento de subsídios. A Coordenadora informou que essas informações já estavam sendo solicitadas pela Coordenação do Conselho. O Conselheiro **Eurípedes** ponderou sobre a importância da entrega dos pareceres no prazo de um mês. O Conselheiro **Jocélio** concordou, ressaltando as possíveis dificuldades, sugerindo que esse prazo não fosse rígido, podendo ser estendido por mais trinta dias. A Coordenadora asseguraria subsídios, lembrando que os prazos estariam atrasados, pois em reunião anterior havia sido condicionada essa atividade à realização da oficina de trabalho sobre formação de Recursos Humanos. O Conselheiro **Thiers** solicitou que fosse incluído o nome do Conselheiro **Carlini** para compor a Comissão Organizadora da Oficina de Trabalho de Vigilância Sanitária, havendo concordância do Plenário. A Coordenadora informou que a partir da próxima reunião estariam previstas mudanças de representação de Conselheiros. Terminado esse assunto, passou-se novamente a discussão do **TEMA 02**. A Coordenadora retornou o assunto citando a Resolução nº 089, que embora homologada não havia sido publicada em Diário Oficial, em virtude da prescrição dos prazos, sendo necessária a atualização do seu conteúdo e a previsão de novos prazos. No tocante às visitas dos Conselheiros aos Conselhos Estaduais, informou que nos Estados de Alagoas, Maranhão e Espírito Santo as mesmas não teriam sido realizadas por problemas de agenda dos Conselheiros. A Coordenadora fez a leitura integral do relatório, das visitas ao Rio Grande do Norte e Paraíba pelos Conselheiros **Swedenberger** e **Danilo**, concluindo que a avaliação fora considerada satisfatória tanto em relação aos Conselhos, como no tocante aos Fundos Estaduais de Saúde, e as propostas de encaminhamentos acordadas, merecendo um acompanhamento. Considerou importante que as questões relacionadas à suspensão de repasse de verbas fossem discutidas em conjunto com a SAS, evitando com isso eventuais descompassos no cumprimento das resoluções. O Conselheiro **Jocélio** pediu que o Estado de São Paulo fosse incluído na previsão de visitas, recordou que as informações que o Conselho possuía sobre o Acre eram suficientes para vetar o repasse de verbas, questionando com isso os encaminhamentos burocráticos no âmbito do Ministério da Saúde. A Conselheira **Ana Maria** informou que havia acompanhado o processo do CES/PB através de entidades de usuários, reiterando a situação de normalidade, se propondo a acompanhar a situação do CES/RN. O Conselheiro **Seixas** justificou a não realização da visita ao Maranhão, por duas vezes prevista, em função da impossibilidade do Conselheiro **Benício** e da insuficiência de informações recebidas. A Coordenadora questionou se permaneceriam as mesmas comissões a irem aos estados. O Conselheiro **Jocélio** sugeriu alteração, propondo-se a assumir Alagoas, incluindo visita ao Acre. O Conselheiro **Seixas** continuou como responsável pelo Estado do Maranhão; em relação ao Espírito Santo o Plenário manteve a designação do Conselheiro **Allgayer**. Em relação ao Estado de São Paulo comunicou que havia recebido um fax da Secretaria de Estado da

Saúde de São Paulo, cujo conteúdo era de críticas e repúdio às ações do CNS, ressaltando que o mesmo fora encaminhado com cópia ao Ministro e a todos os Secretários Estaduais de Saúde. O Conselheiro **Jocélio** propôs a ida de Comissão de Conselheiros àquele Conselho. Ressaltou que o Secretário de Saúde de São Paulo teria assumido compromissos perante o Conselho Nacional de Saúde. A Coordenadora levantou, ainda, a importância de respaldo jurídico quanto aos pontos questionados em relação às competências do CNS. O Conselheiro **Arlindo** ressaltou a importância dos Conselheiros, não por Estado, e sim nacionalmente, acreditando que o Conselho Nacional de Saúde jamais deveria voltar atrás em decisões anteriormente tomadas. Em relação à situação de São Paulo propôs a transcrição do trecho em que foi gravada a participação do Secretário de Saúde de São Paulo, registrando assim os compromissos do mesmo em reconhecimento à competência do CNS e com isso subsidiar a ida dos Conselheiros ao Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. Ressaltou a importância do Plenário manifestar o seu desagravo em relação aos termos e argumentos utilizados bem como a pretensa tentativa de interferência sobre as ações do CNS, além de exigir respeito aos compromissos assumidos. Reforçou a importância de um respaldo jurídico frente às competências do Conselho no acompanhamento com avaliação e controle das outras instâncias e, ainda, como instância de recursos. O Conselheiro **Seixas** registrou sua indignação pelo que estaria acontecendo em São Paulo, não concordando com a colocação do Conselheiro **Arlindo**, pois o mesmo se considerava um Conselheiro de visão nacional. O Conselheiro **Omilton**, membro do Conselho Estadual de SP, estranhou o teor do fax recebido, não condizente com a postura que havia observado em reuniões daquele Conselho, tomando conhecimento do fax somente naquele momento. A Coordenadora concluiu as três propostas apresentadas: **1-** Parecer jurídico sobre as competências do CNS; **2-** transcrição da fala do Secretário Estadual de Saúde de SP em sua visita ao CNS; e **3-** Comissão de Conselheiros para ida ao CES/SP. O Conselheiro **Jocélio** concordou com a importância do parecer jurídico, ressaltando, contudo, sua preferência por uma ação política, sendo apoiado principalmente pelos Conselheiros **Leilton** e **Omilton**, membros daquele Conselho. O Conselheiro **Carlini** considerou importante a manifestação do CES/SP, esclarecendo que não tivera conhecimento prévio do documento expedido. A Coordenadora ressaltou que o Conselho Nacional de Saúde visava tão somente o cumprimento da legislação vigente. O Conselheiro **Francisco** propôs que no contato com São Paulo fosse ressaltado que o CNS só interferiria nos Estados em que não se observasse o cumprimento da lei. O Conselheiro **Eurípedes** se propôs a compor a comissão para ida ao CES/SP, sugerindo a ida também dos Conselheiros **Jocélio** e **Mônica**. A Conselheira **Leny** informou que a decisão do Conselho havia sido encaminhada aos Estados, fazendo com que os mesmos se mobilizassem para o cumprimento da Resolução, constatando com isso o desconhecimento do CES/SP sobre a Resolução, acreditando ser importante o Ministério respaldar e reconhecer o significado nacional das Resoluções aprovadas em Plenário. O Conselheiro **Jocélio** sugeriu a inclusão do Conselheiro **Arlindo** na comissão, propôs a definição do Conselheiro **Eurípedes** como responsável pelos contatos que deveriam viabilizar a visita antes da próxima reunião do CNS, podendo para tanto ser solicitada uma Reunião Extraordinária do CES/SP. Encerrado esse tema, foi incluída na reunião a apresentação da segunda fase do **Projeto de Avaliação do Funcionamento de Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde no País**, execução a cargo de Consórcio de Instituições da Saúde Coletiva, sob a Coordenação do NESCON/UFMG. A primeira fase, contratada pelo CNS, foi concluída em 93 e já dispunha de consulta na CG/CNS, de volumes da pesquisa e relatório executivo, tendo sido preparado documento-síntese com vistas a possível publicação e ampla divulgação. A segunda fase, ora apresentada, previa a avaliação dos Conselhos Estaduais e Municipais, o levantamento e/ou atualização e manutenção do cadastro de cem por cento dos CES e 60% dos CMS (capitais e cidades de grande porte). Foi feita discussão a respeito em Plenário, e se propôs à continuação dessa segunda fase do Projeto, com manutenção de cadastro vivo. Ponderou-se da importância do CNS apoiando com base nessas informações, a informação de Conselheiros, a elaboração de material instrucional e a promoção de encontros nas regiões mais necessitadas. O pré-projeto apresentado para a segunda fase, que já teria sido previamente discutido também no âmbito da CG/CNS, sendo apreciado pelo Plenário e aprovado tendo o apoio do CNS, devendo ser viabilizado através de convênios internos PNUD ou orçamento próprio. No tocante a isso foi solicitado pelo Conselheiro representante da Academia Nacional de Medicina **Aboim**, a correção do nome da entidade, que constava equivocadamente como Escola Paulista de Medicina. A seguir foi abordado o **TEMA 05**, com a apresentação, **PARECER SOBRE ABERTURA DE NOVOS CURSOS NA ÁREA DA SAÚDE**. O Conselheiro **Thiers** historiou a situação do curso de Medicina Veterinária de Campo Grande, dando parecer favorável. Por solicitação do Conselheiro **Carlini** foi esclarecido que a aprovação não se daria somente por razões de prazo de entrada do processo, mas também porque os questionamentos do Conselho Federal de Medicina Veterinária sobre a necessidade social do curso não haviam sido suficientes para inviabilizar a criação desse curso na Região Centro-Oeste. O curso foi

deferido em Plenário. O Conselheiro **Seixas** apresentou parecer favorável sobre a criação de Curso de Fonoaudiologia da Universidade Metodista de Piracicaba/SP, referindo-se às análises, também favoráveis, conferidas pelo CT/APAS e pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia. Após debates o curso foi deferido pelo Plenário. A Coordenadora informou que a SAS/MS realizará no dia nove de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos, reunião sobre acreditação hospitalar e que a SAS solicitou a participação de um representante dos usuários. Foi indicado o Conselheiro **Guerra**. Em seguida a Coordenadora informou que o Relatório da Oficina de Trabalho "**Assuntos Jurídicos do SUS**", realizada em noventa e três, estava concluído. Enquanto se aguardava a possibilidade de publicação, os Conselheiros **Arlindo** e **Thiers** solicitaram cópia em disquete e a Conselheira **Ana Maria** solicitou cópia xerox. O **TEMA 08** entrou em discussão e foi aprovado, com alterações, sugeridas pelo Conselheiro **Arlindo**, a **Recomendação nº 30** do CT/APAS. A Recomendação nº 31 da CT/APAS teve sua análise adiada, pois o Conselheiro **Carlini** pediu vistas. As Recomendações de nº 32 e nº 33 CT/APAS foram aprovadas. A Recomendação da Comissão de Usuários foi julgada pertinente, mas se considerou que o conteúdo da mesma já estava contido nas propostas feitas em relação às questões orçamentárias. Na seqüência foram fornecidos informes pelo Assessor da CG/CNS Doutor **Elias Jorge**, relativos à reunião com o relator do Orçamento da União; à reunião com o Ministro da Fazenda e sua equipe; à reunião com o Relator da Revisão Constitucional. Foi distribuído material escrito e foram debatidos em Plenário vários pontos fundamentais sobre orçamento, resolvendo o Plenário pelo envio de expediente ao Ministro da Fazenda para retorno de informações até o final da reunião do Plenário. Como resolução do Plenário ficou estabelecida a necessidade de se implementarem medidas como as que seguem: **1)** Assegurar a liberação da integralidade dos duodécimos orçamentários do Ministério da Saúde, com base no instrumento legal adequado, ou seja, o Projeto de Lei 23/93 (proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional em trinta e um de outubro de um mil novecentos e noventa e três), nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para um mil novecentos e noventa e quatro; **2)** Assegurar o reconhecimento das despesas com atenção à saúde como incomprimíveis, incluindo-se na Medida Provisória substitutiva da Medida Provisória 422, no Projeto de Lei de Conversão relativo a esta, ou ainda em nova medida provisória; **3)** Garantir que o Projeto de Lei de Conversão sobre a Medida Provisória 416, substitutiva da Medida Provisória 394 (que prevê a especialização da Fonte 188 para pagamento da Dívida Pública Mobiliária) ressalve a possibilidade do uso de 50% dos recursos da referida fonte para cobertura de despesas da Seguridade Social, especialmente do Setor Saúde; **4)** Iniciar entendimentos no Congresso Nacional para assegurar a recomposição orçamentária para um mil novecentos e noventa e quatro e para aprovação das emendas constitucionais propostas pelo Conselho Nacional de Saúde (vinculação de receitas); **5)** Apoiar e acompanhar a tramitação do Decreto Legislativo do Deputado **Sérgio Arouca** acerca da COFINS e empenhar-se para obter as informações solicitadas junto à Fazenda; **6)** Deflagrar a organização dos Atos em Defesa da Saúde, programados para o dia nove de março de um mil novecentos e noventa e quatro; **7)** Autorizar a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde e a Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário do CNS, reforçada pelos Conselheiros residentes em Brasília e por outros que se disponham a integrá-la, a dar continuidade as tratativas iniciadas no Congresso Nacional. Os temas previstos em pauta como **TEMA 07: PARECER SOBRE DOCUMENTO DA COMISSÃO NACIONAL DE AIDS** e **TEMA 10: RESOLUÇÃO Nº 1.401 DO CFM** – foram adiados para a 33ª Reunião a ser realizada em 02 e 03 de março de 1994. A Coordenadora abriu espaço para sugestões de outros assuntos para a próxima Reunião, além dos já levantados no decorrer do Plenário. Foram sugeridos: acompanhamentos das questões ligadas ao Orçamento e à Revisão Constitucional, Fundo Nacional de Saúde, Pesquisa sobre Orçamentos Públicos em Saúde – POPS, autorização de novos cursos, Pareceres sobre relatórios de temas específicos (AIH, Saúde Bucal e Informação em Saúde), Projetos de Controle de Doenças Endêmicas – PCDEN e de Controle de Malária na Amazônia – PCMAM da Fundação Nacional de Saúde, informe sobre a proposta de criação do Ministério da Seguridade Social. A reunião foi concluída com a despedida da Conselheira **Zaira** e do Conselheiro **Leilton**, cuja participação como representantes de suas entidades foi encerrada nessa data. A Coordenadora Geral do CNS **Maria Angélica** e demais presentes cumprimentaram os referidos Conselheiros, agradecendo pela participação dos mesmos durante todo o período em que compuseram o CNS. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: **Zilda Arns Neumann, Antônio Roberto dos Santos, Leilton Pereira Guedes, Zaira Campedelli, Leny Campelo, Elisaldo Carlini, Ana Maria Lima Barbosa, Omilton Visconde, Nelson de Carvalho Seixas, Cláudio Allgayer, Thiers Ferreira, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Edmundo Juarez, Eurípedes Balsanufu Carvalho, Augusto Alves de Amorim, Eduardo Ferreira, Raimundo Bezerra, Benício Parentes Sampaio, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Arlindo Fábio, Francisco Ubiratan Dellape, Francisco Nunes, Ricardo Akel e José Guerra. FIM.**